



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
1ª Câmara de Julgamento

Resolução Nº. 019 /2010

Sessão: 137ª Sessão Ordinária de 25 de novembro de 2009

Processo Nº: 1/2001/2008

Auto de Infração Nº: 2/200803393

Recorrente: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

Recorrido: MONSANTO DO BRASIL LTDA

Relator: LIDUINO LOPES DE BRITO

Autuante: RONALDO LIMA MACEDO

Matrícula: 4976071X

EMENTA: ICMS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. OPERAÇÃO SUJEITA AS REGRAS DO CONVÊNIO ICMS 100/97. EMISSÃO DE NOTA FISCAL SEM A INDICAÇÃO DO ICMS DISPENSADO EM RAZÃO DA REDUÇÃO NA BASE DE CÁLCULO. Infração sujeita a penalidade inserta no art. 123, inciso VIII, alínea "d" da Lei nº 12.670/96. Confirmada, por unanimidade de votos, a PARCIAL PROCEDÊNCIA proferida em primeira instância e, ato contínuo, declarada a **EXTINÇÃO** do processo pelo pagamento, nos termos do art. 54, inciso II, alínea "b" da Lei nº 12.732/97. Recurso oficial conhecido e desprovido. Recurso Voluntário conhecido e provido.

RELATÓRIO:

O auto de infração que inaugura o presente processo acusa a empresa acima identificada de descumprir a determinação contida na cláusula quinta, inciso II do Convênio ICMS 100/97, ao emitir a nota fiscal nº 060291 sem demonstrar o valor do ICMS dispensado na operação e a sua dedução do valor das mercadorias, sendo aplicada a pena prevista no art. 123, inciso VIII, alínea "d" da Lei nº 12.670/96, combinado com o art. 126 do mesmo diploma legal.

Nas informações complementares, o agente do fisco acrescenta que a empresa atuada calculou o ICMS devido na operação sobre a base de cálculo reduzida em 60%, conforme dispõe a cláusula primeira do Convênio ICMS 100/97, deixando, contudo, de observar a determinação contida em sua cláusula quinta, inciso II, ao emitir a nota fiscal sem deduzir do valor das mercadorias o ICMS dispensado em decorrência da redução da base de cálculo do imposto.

Processo nº. 2001/2008

Auto de Infração nº. 2008.03393 **MONSANTO DO BRASIL LTDA**

Julgamento: 25/11/2009

Relator: Liduino Lopes de Brito.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
1ª Câmara de Julgamento

O processo é instruído com CGM nº 185/2008, 5ª via na nota fiscal nº 060291 e cópia do AR referente a intimação do auto de infração em tela.

O feito fiscal foi impugnado tempestivamente.

Na instância de primeiro grau a nobre julgadora decidiu pela parcial procedência da autuação, por entender que a infração denunciada nos autos estava sujeita a penalidade prevista no art. 123, inciso VIII, alínea "d" da Lei nº 12.670/96.

Consta, fls. 98, a informação de que o auto de infração foi pago com base na decisão de primeira instância.

A empresa autuada apresenta recurso voluntário, através do qual requer a extinção do processo pelo pagamento do crédito tributário com arrimo na decisão singular.

A Consultoria Tributária opina pela confirmação da decisão de primeira instância e, em ato contínuo, sugere à extinção do processo em face do pagamento, nos termos do art. 54, inciso II, alínea "b" da Lei nº 12.732/97.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Discute-se nos presentes autos a exigência da multa prevista no art. 126 da Lei nº 12.670/96, pelo descumprimento da obrigação acessória de demonstrar no corpo da nota fiscal nº 060291 o valor do ICMS dispensado por força do Convênio ICMS 100/97 e a sua dedução do valor das mercadorias.

De fato, a determinação contida na cláusula quinta, inciso II do referido Convênio não foi observada no caso de que se cuida, visto que não constam na nota fiscal nº 060291 o demonstrativo do ICMS dispensado em razão de redução da base de cálculo, nem o seu abatimento do valor total dos produtos.

Contudo, a inobservância de tais requisitos constitui tão somente um descumprimento de obrigação acessória, sujeita a penalidade inserta no art.



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
1ª Câmara de Julgamento

123, inciso VIII, "d" da Lei nº 12.670/96, já que inexistente uma sanção específica para tal infração.

A aplicação da multa prevista no art. 126 da Lei nº 12.670/96 para a situação narrada no presente caso é totalmente descabida, uma vez que a sua utilização só se justifica quanto a penalidade originária é calculada com base no valor da operação, o que não é caso. Ademais, a operação descrita na nota fiscal acima referida não está amparada por isenção do ICMS e nem seus produtos estão sujeitas ao regime de substituição tributária. Correta, portanto, a decisão parcialmente condenatória proferida em primeira instância.

Ante ao exposto, voto pelo conhecimento de ambos os recursos, negar provimento ao recurso oficial e dar provimento ao recurso voluntário, a fim de confirmar a decisão parcialmente condenatória de primeira instância e, ato contínuo, declarar a extinção do processo, nos termos do art. 54, inciso II, alínea "b" da Lei nº 12.732/97, tendo em vista o pagamento do crédito tributário com base na decisão singular, consoante manifestação do representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o **VOTO**.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

MULTA: 200 UFIRCES



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
1ª Câmara de Julgamento

DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que é recorrente CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e recorrido MONSANTO DO BRASIL LTDA.

A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **PARCIALMENTE CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª instância e, ato contínuo, declarar a **EXTINÇÃO** processual, em face do pagamento constante nos autos, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da douda Procuradoria Geral do Estado. Ausentes, por motivo justificado, os conselheiros João Fernandes Fontenelle e Cid Marconi Gurgel de Souza, bem como sua suplente, Dra. Camila Borges Duarte.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 09 de março de 2010.


Dulcimeire Pereira Gomes
PRESIDENTE


Liduíno Lopes de Brito
Conselheiro relator


Vito Simon de Moraes
Conselheiro


Alfredo Rogério Gomes de Brito
Conselheiro

João Fernandes Fontenelle
Conselheiro


Andrea Machado Napoleão
Conselheira

Cid Marconi Gurgel de Souza
Conselheiro


José Sidney Valente Lima
Conselheiro


Jannine Gonçalves Feitosa
Conselheira revisora

Matteus Viana Neto
Procurador do Estado